

SUMÁRIO

| | |
|-----------------------------|-----|
| PREFÁCIO DA 3ª EDIÇÃO | XIX |
|-----------------------------|-----|

Primeira Parte

TEORIA GERAL DOS RECURSOS

| | |
|--|----|
| 1. Os fundamentos da existência dos recursos | 1 |
| 2. Conceito de recurso | 3 |
| 3. Natureza jurídica do recurso | 8 |
| 4. O recurso no sistema dos meios de impugnação da decisão judicial | 11 |
| 5. Pronunciamentos judiciais sujeitos a recurso | 12 |
| 5.1. Pronunciamentos do juiz de primeiro grau | 25 |
| 5.2. Pronunciamentos judiciais proferidos nos tribunais | 25 |
| 6. Classificações dos recursos | 29 |
| 6.1. Quanto ao âmbito | 30 |
| 6.2. Quanto ao momento | 30 |
| 6.3. Quanto à fundamentação | 31 |
| 6.4. Quanto ao objeto | 33 |
| 6.5. Quanto aos efeitos | 34 |
| 7. Defeitos das decisões: distinção entre <i>error in iudicando</i> e <i>error in procedendo</i> | 35 |
| 8. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito dos recursos: noções propedêuticas | 39 |
| 9. O juízo de admissibilidade dos recursos | 43 |
| 9.1. Objeto | 43 |

| | |
|---|-----|
| 9.2. Competência..... | 45 |
| 9.3. Forma..... | 50 |
| 9.4. Natureza jurídica do juízo de admissibilidade..... | 52 |
| 9.5. O juízo de admissibilidade e seus efeitos | 52 |
| 10. Os requisitos de admissibilidade dos recursos..... | 56 |
| 10.1. Cabimento do recurso | 58 |
| 10.2. Legitimidade para recorrer | 62 |
| 10.3. Interesse em recorrer | 71 |
| 10.4. Tempestividade..... | 78 |
| 10.5. Regularidade formal..... | 90 |
| 10.6. Inexistência de fato extintivo ou impeditivo do poder de recorrer | 96 |
| 10.7. Preparo..... | 108 |
| 11. O juízo de mérito dos recursos | 116 |
| 11.1. Objeto | 116 |
| 11.2. Efeitos..... | 117 |
| 12. Efeitos dos recursos..... | 119 |
| 12.1. Efeito devolutivo..... | 120 |
| 12.1.1. A extensão e a profundidade do efeito devolutivo.. | 123 |
| 12.2. Efeito suspensivo..... | 125 |
| 12.3. Efeito translativo..... | 129 |
| 12.4. Efeito substitutivo e rescindente dos recursos..... | 131 |

Segunda Parte

OS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DOS RECURSOS CÍVEIS

| | |
|---|-----|
| 13. Conceito de princípio jurídico | 133 |
| 14. Princípios informativos e fundamentais do processo civil..... | 135 |
| 15. Princípio do duplo grau de jurisdição | 137 |
| 16. Princípio da taxatividade | 142 |
| 16.1. Generalidades | 142 |
| 16.2. A enumeração dos recursos no CPC | 143 |

VIII

| | |
|--|-----|
| 16.3. Os recursos existentes fora do sistema do CPC | 144 |
| 17. Os sucedâneos dos recursos..... | 145 |
| 17.1. Pedido de reconsideração | 146 |
| 17.2. Remessa obrigatória | 149 |
| 17.3. Correição parcial | 155 |
| 17.4. Mandado de segurança contra ato judicial | 159 |
| 17.4.1. Cabimento excepcional de mandado de segurança contra ato judicial não passível de recurso ou quando este não for dotado de efeito suspensivo ou de efeito ativo | 164 |
| 18. Princípio da singularidade..... | 169 |
| 19. Princípio da fungibilidade..... | 176 |
| 19.1. Generalidades | 176 |
| 19.2. A fungibilidade no Código de 1939 e no de 1973..... | 177 |
| 19.3. Pressupostos para a incidência do princípio da fungibi- lidade no direito vigente | 179 |
| 19.3.1. Dúvida objetiva sobre qual o recurso cabível..... | 181 |
| 19.3.2. Inexistência de erro grosseiro..... | 187 |
| 19.3.3. O problema da tempestividade: irrelevância do pra- zo do recurso próprio ou prazo “menor”..... | 190 |
| 19.3.4. Procedimento da fungibilidade | 197 |
| 20. Princípio da dialeticidade | 199 |
| 21. Princípio da voluntariedade | 203 |
| 22. Princípio da irrecorribilidade em separado das interlocutórias ... | 205 |
| 23. Princípio da complementaridade | 207 |
| 24. Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i> | 208 |
| 25. Princípio da consumação | 218 |

Terceira Parte

DOS RECURSOS EM ESPÉCIE

| | |
|---|-----|
| 26. Apelação | 225 |
| 26.1. Conceito do recurso de apelação | 225 |

| | |
|---|-----|
| 26.2. Apelação contra sentença definitiva | 229 |
| 26.3. Apelação contra sentença de total improcedência proferida em outros “casos idênticos” | 231 |
| 26.4. Apelação contra sentença terminativa | 235 |
| 26.5. Apelação contra a sentença terminativa do art. 296 | 236 |
| 26.6. Apelação contra a sentença terminativa do § 3º do art. 515 do CPC | 238 |
| 26.7. Dos efeitos da apelação | 246 |
| 26.7.1. Da apelação sem efeito suspensivo | 246 |
| 26.7.2. Efeito suspensivo e apelação parcial | 249 |
| 26.7.3. Dos efeitos da apelação interposta contra sentença que julga ações conexas | 251 |
| 26.7.4. A antecipação da tutela e o efeito suspensivo da apelação | 253 |
| 26.7.5. O parágrafo único do art. 558 do CPC e a atribuição de efeito suspensivo à apelação nos casos em que é recebida apenas no efeito devolutivo | 255 |
| 26.7.6. Possibilidade de concessão de medida liminar para conferir efeito suspensivo a recurso de apelação ... | 258 |
| 26.8. Do procedimento da apelação | 259 |
| 26.8.1. A interposição do recurso: forma e conteúdo da petição | 259 |
| 26.8.2. Procedimento no juízo <i>a quo</i> | 261 |
| 26.8.3. Proibição do <i>ius novorum</i> na apelação | 263 |
| 26.8.3.1. Permissão do <i>ius novorum</i> por motivo de força maior | 265 |
| 26.9. Da súmula impeditiva do recebimento do recurso de apelação | 266 |
| 26.10. Quadro sinótico do recurso de apelação | 272 |
| 27. Recurso adesivo | 275 |
| 27.1. Recurso independente e recurso adesivo | 275 |
| 27.2. A terminologia adotada no Código | 279 |
| 27.3. Conceito de recurso adesivo | 280 |
| 27.4. Natureza jurídica da adesão | 281 |
| 27.5. Objeto do recurso adesivo | 284 |

| | |
|--|-----|
| 27.6. Requisitos de admissibilidade do recurso adesivo: generalidades | 286 |
| 27.7. Prazo de interposição do recurso adesivo | 288 |
| 27.8. Preparo..... | 288 |
| 27.9. Procedimento no recurso adesivo | 290 |
| 27.10. Subordinação do recurso adesivo ao principal | 291 |
| 27.11. Impossibilidade de recurso adesivo quando já interposto o recurso principal | 293 |
| 28. Os agravos no Código de Processo Civil | 295 |
| 28.1. Perfil histórico do agravo..... | 295 |
| 28.2. Das diversas modalidades de agravo no sistema recursal cível brasileiro..... | 296 |
| 28.3. Prazo para interposição..... | 297 |
| 28.4. Regimes do recurso de agravo: generalidades..... | 300 |
| 28.5. O agravo retido nos autos | 304 |
| 28.5.1. Conceito de agravo retido | 304 |
| 28.5.2. Necessidade de reiteração do agravo retido nas razões ou na resposta da apelação | 305 |
| 28.5.3. Juízo de retratação no agravo retido..... | 308 |
| 28.5.4. Agravo oral..... | 310 |
| 28.5.5. Agravo retido posterior à apelação..... | 312 |
| 28.6. Agravo de instrumento | 316 |
| 28.6.1. Generalidades | 316 |
| 28.6.2. Petição de agravo de instrumento: peças obrigatórias e facultativas..... | 317 |
| 28.6.3. A comunicação prevista no art. 526 do Código de Processo Civil..... | 321 |
| 28.6.4. Do processamento do agravo de instrumento | 323 |
| 28.6.5. Juízo de retratação..... | 327 |
| 28.6.6. Indeferimento liminar do agravo de instrumento pelo relator | 333 |
| 28.6.7. Efeitos do agravo de instrumento: generalidades ... | 339 |
| 28.6.7.1. Possibilidade de atribuição de efeito suspensivo ao agravo..... | 339 |

| | |
|--|-----|
| 28.6.7.2. Agravo e decisão de conteúdo negativo. Possibilidade de agravo de instrumento com efeito ativo | 341 |
| 28.7. Agravo de instrumento contra decisão que não admite re- curso extraordinário ou recurso especial | 343 |
| 28.7.1. Possibilidade de conhecimento do agravo para dar provimento ao próprio recurso extraordinário ou especial | 350 |
| 28.7.2. Possibilidade de “conversão” do agravo de instru- mento para julgamento do recurso extraordinário ou do recurso especial | 353 |
| 28.8. Agravo interno | 354 |
| 28.8.1. A questão terminológica | 354 |
| 28.8.2. A necessária possibilidade de revisão colegiada dos atos praticados por membro de tribunal | 358 |
| 28.8.3. Hipóteses de cabimento do agravo interno e a am- pliação dos poderes do relator | 362 |
| 28.8.4. Juízo de admissibilidade do agravo interno: prazo, regularidade formal e preparo | 366 |
| 28.8.5. Procedimento | 367 |
| 29. Embargos de declaração | 371 |
| 29.1. Conceito | 371 |
| 29.2. Juízo de admissibilidade e juízo de mérito dos embargos de declaração | 372 |
| 29.3. Fundamentos dos embargos de declaração | 374 |
| 29.3.1. Generalidades | 374 |
| 29.3.2. Obscuridade | 376 |
| 29.3.3. Contradição | 377 |
| 29.3.4. Omissão | 379 |
| 29.4. Procedimento dos embargos: interposição, prazo para jul- gamento, contraditório | 385 |
| 29.5. Cabimento de embargos de declaração contra acórdão pro- ferido no julgamento de embargos de declaração | 387 |
| 29.6. Efeito interruptivo dos embargos de declaração para a inter- posição de outros recursos | 391 |

| | |
|---|-----|
| 29.7. Embargos de declaração com caráter infringente do julgado | 393 |
| 29.8. Embargos protelatórios | 399 |
| 30. Embargos infringentes | 405 |
| 30.1. Conceito de embargos infringentes | 405 |
| 30.2. Restrição das hipóteses de cabimento do recurso..... | 405 |
| 30.2.1. Acórdão não unânime que tenha reformado a sentença de mérito | 408 |
| 30.2.2. Embargos infringentes e julgamento proferido com base no art. 515, § 3º, do CPC..... | 411 |
| 30.2.3. Acórdão não unânime que tenha anulado a sentença de mérito | 411 |
| 30.2.4. Acórdão não unânime proferido em ação rescisória julgada procedente | 413 |
| 30.3. A divergência no acórdão, quando existente mais de uma <i>causa petendi</i> ou mais de um pedido..... | 413 |
| 30.4. Os embargos infringentes e o voto vencido não declarado... | 415 |
| 30.5. Embargos infringentes contra acórdão tomado por voto médio | 417 |
| 30.6. Interposição e juízo de admissibilidade dos embargos..... | 419 |
| 30.7. Recurso cabível contra o indeferimento liminar dos embargos | 421 |
| 30.8. Instrução e julgamento dos embargos..... | 422 |
| 31. Recurso ordinário..... | 425 |
| 31.1. Origem histórica | 425 |
| 31.2. Generalidades | 425 |
| 31.3. Recursos ordinários da competência do Supremo Tribunal Federal | 427 |
| 31.4. Recursos ordinários da competência do Superior Tribunal de Justiça | 430 |
| 31.5. Requisitos de admissibilidade do recurso ordinário..... | 432 |
| 31.6. Efeitos do recurso ordinário | 433 |
| 31.7. Procedimento..... | 434 |

| | |
|---|-----|
| 32. Recurso extraordinário..... | 437 |
| 32.1. Significado e função do recurso extraordinário..... | 437 |
| 32.2. Recursos extraordinário e especial: enquadramento dentre os recursos “excepcionais” | 439 |
| 32.3. Recursos extraordinário e especial: características comuns .. | 440 |
| 32.3.1. O prévio exaurimento das instâncias ordinárias..... | 440 |
| 32.3.2. O conceito da expressão “causas decididas” | 443 |
| 32.3.3. Não visam à correção da injustiça da decisão recorrida | 445 |
| 32.3.4. Não servem para a mera revisão da matéria de fato.. | 447 |
| 32.3.5. Apresentam juízo de admissibilidade desdobrado... | 452 |
| 32.3.6. Possuem fundamentos de natureza constitucional ... | 455 |
| 32.3.7. Execução na pendência do julgamento dos recursos extraordinário e especial | 456 |
| 32.4. Pressupostos específicos de cabimento do recurso extraordinário..... | 457 |
| 32.4.1. Cabimento do recurso extraordinário pela letra <i>a</i> do permissivo constitucional — Contrariar dispositivo da Constituição Federal | 457 |
| 32.4.2. Cabimento do recurso extraordinário pela letra <i>b</i> do permissivo constitucional — Declarar a inconstitucionalidade de tratado ou lei federal | 460 |
| 32.4.3. Cabimento do recurso extraordinário pela letra <i>c</i> do permissivo constitucional — Julgar válida lei ou ato de governo local contestado em face da Constituição Federal | 461 |
| 32.4.4. Cabimento do recurso extraordinário pela letra <i>d</i> do permissivo constitucional — Julgar válida lei local contestada em face de lei federal..... | 463 |
| 32.5. Outros requisitos específicos do recurso extraordinário..... | 465 |
| 32.5.1. Impugnação específica — Indicação expressa do preceito da Lei Maior tido por violado | 465 |
| 32.5.2. Fundamentação das razões de recurso extraordinário — Necessidade de impugnação de todos os fundamentos autônomos..... | 466 |

| | |
|---|-----|
| 32.5.3. Duplo fundamento do acórdão recorrido: constitucional e infraconstitucional | 467 |
| 32.5.4. A repercussão geral da questão constitucional no recurso extraordinário | 468 |
| 32.6. Interposição dos recursos extraordinário e especial | 476 |
| 32.7. Procedimento do recurso extraordinário e do recurso especial no órgão <i>a quo</i> | 480 |
| 32.8. O exercício do juízo de admissibilidade do recurso extraordinário e do recurso especial | 481 |
| 32.8.1. A admissibilidade no tribunal de origem | 481 |
| 32.8.2. Cabimento do recurso de agravo de instrumento contra denegação do RE ou REsp | 483 |
| 32.8.2.1. Procedimento do agravo de instrumento .. | 486 |
| 32.9. Procedimento e julgamento do RE ou REsp | 489 |
| 32.10. Recurso extraordinário ou especial retido | 492 |
| 33. Recurso especial | 497 |
| 33.1. Conceito..... | 497 |
| 33.2. Pressupostos específicos de cabimento do recurso especial .. | 498 |
| 33.2.1. Cabimento do recurso especial pela letra <i>a</i> do permissivo constitucional — Violação ou negativa de vigência de lei federal ou tratado | 498 |
| 33.2.2. Cabimento do recurso especial pela letra <i>b</i> do permissivo constitucional — Julgar válido ato de governo local contestado em face de lei federal | 503 |
| 33.2.3. Cabimento do recurso especial pela letra <i>c</i> do permissivo constitucional — Dissídio jurisprudencial... | 504 |
| 33.3. Outros requisitos específicos do recurso especial | 515 |
| 33.3.1. Impugnação específica — Indicação expressa do dispositivo de lei federal tido por violado..... | 515 |
| 33.3.2. Fundamentação das razões de recurso especial — Necessidade de impugnação de todos os fundamentos autônomos | 516 |
| 33.3.3. Duplo fundamento do acórdão recorrido: infraconstitucional e constitucional | 517 |
| | XV |

| | |
|---|-----|
| 33.4. Sobrestamento de recursos especiais com fundamento em idêntica questão de direito..... | 518 |
| 34. Prequestionamento..... | 523 |
| 35. Embargos de divergência..... | 545 |
| 35.1. Generalidades | 545 |
| 35.2. Finalidade do instituto | 546 |
| 35.3. Hipóteses de cabimento..... | 546 |
| 35.3.1. Decisão recorrida proferida pela Turma em recurso especial ou extraordinário | 546 |
| 35.3.2. Competência em razão da matéria | 549 |
| 35.3.3. Divergência atual..... | 550 |
| 35.3.4. Similitude fática e dissidência jurídica | 550 |
| 35.4. Procedimento..... | 552 |
| 35.5. Efeitos dos embargos..... | 554 |

Quarta Parte

TUTELA DE URGÊNCIA NO ÂMBITO RECURSAL

| | |
|--|-----|
| 36. Medidas de urgência no âmbito dos recursos especial e extraor- dinário | 557 |
| 36.1. Eficácia imediata de atos judiciais sujeitos a impugnação e tutela cautelar..... | 557 |
| 36.2. Medida cautelar para atribuir efeito suspensivo a recurso extraordinário ou especial ainda não interposto | 562 |
| 36.3. Medida cautelar para atribuir efeito suspensivo a recurso extraordinário ou especial interposto, mas sem a ocorrência do juízo de admissibilidade pelo tribunal <i>a quo</i> | 569 |
| 36.4. Medida cautelar para outorgar efeito suspensivo a recurso extraordinário ou especial admitido na origem | 580 |
| 36.5. Medida cautelar para atribuir efeito suspensivo a recurso extraordinário ou especial inadmitido | 582 |
| 36.6. Cabimento de medida cautelar para determinar a subida do recurso extraordinário ou especial retido | 587 |

Quinta Parte

DA ORDEM DOS PROCESSOS NO TRIBUNAL

| | |
|---|-----|
| 37. Considerações gerais sobre o procedimento recursal | 593 |
| 38. Distribuição do processo ou recurso | 596 |
| 39. Atribuições e poderes do relator | 597 |
| 40. Atribuições do revisor | 599 |
| 41. Designação de dia para julgamento | 600 |
| 42. Etapas do julgamento do processo no tribunal | 602 |
| 43. Indeferimento liminar do recurso pelo relator | 604 |
| 44. Recurso cabível contra a decisão monocrática do relator | 608 |
| 45. Ordem no julgamento do agravo e da apelação | 609 |
| 46. Ordem na apreciação das questões preliminares e de mérito | 610 |
| 47. Estrutura do acórdão | 612 |
| 48. Ementa do acórdão | 614 |
| 49. Pedido de preferência e sustentação oral | 616 |
| Apêndice — SÚMULAS E CONCLUSÕES | 619 |
| Primeira Parte — <i>Teoria geral dos recursos</i> | 621 |
| 1. Cabimento | 621 |
| 2. Legitimidade para recorrer | 623 |
| 3. Interesse em recorrer | 623 |
| 4. Tempestividade | 624 |
| 5. Regularidade formal | 626 |
| 6. Preparo | 627 |
| Segunda Parte — <i>Os princípios fundamentais dos recursos cíveis</i> ... | 627 |
| 1. Pedido de reconsideração (princípio da taxatividade) | 627 |
| 2. Remessa obrigatória (princípio da taxatividade) | 628 |
| 3. Mandado de segurança contra ato judicial | 629 |
| 4. Princípio da singularidade | 631 |
| 5. Princípio da fungibilidade | 632 |
| 6. Princípio da dialeticidade | 633 |

| | |
|---|-----|
| 7. Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i> | 633 |
| 8. Princípio da consumação | 633 |
| Terceira Parte — <i>Dos recursos em espécie</i> | 634 |
| 1. Apelação | 634 |
| 2. Agravo de instrumento (arts. 522 e 524) | 635 |
| 3. Agravo retido | 638 |
| 4. Agravo interno ou regimental | 639 |
| 5. Agravo de instrumento (art. 544)..... | 640 |
| 6. Embargos de declaração | 640 |
| 7. Embargos infringentes | 641 |
| 8. Recurso ordinário..... | 642 |
| 9. Recurso especial | 643 |
| 10. Recurso extraordinário..... | 644 |
| 11. Embargos de divergência..... | 647 |
| 12. Recurso inominado | 648 |
| 13. Prequestionamento..... | 648 |
| Quarta Parte — <i>Tutela de urgência no âmbito recursal</i> | 649 |
| Quinta Parte — <i>Da ordem dos processos no tribunal</i> | 649 |
| BIBLIOGRAFIA | 651 |
| ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO | 689 |